



Opinião Econômica

Marcos Mendes

Economista, pesquisador associado ao Insper, é autor de “Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?”, e colunista da Folha de S.Paulo



Regime especial de data centers

O regime tributário especial para data centers (Redata), recém-lançado pela MP (medida provisória) 1.318, pretende explorar supostas vantagens comparativas do Brasil para nos colocar entre as grandes sedes mundiais de datacenters.

Na verdade, é mais um daqueles gastos tributários que o governo diz abominar, mas que não para de criar, e que geram mais ganhos privados do que públicos.

A vantagem comparativa do Brasil para hospedar data centers viria da abundância de energia renovável. Também temos boa infraestrutura de cabos submarinos, para transmitir dados a outros continentes.

Porém, conforme a exposição de motivos da MP 1318, “a

operação, no Brasil, (é) em média, 30% mais custosa que no exterior, devido principalmente à tributação sobre equipamentos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)”.

Partindo desse diagnóstico, o governo se propõe a dar isenção de impostos para a importação de equipamentos de TIC. Mas restringe a isenção aos data centers, e a sujeita à restrição de que os benefícios tributários só valem se os bens importados não competirem com os da Zona Franca de Manaus (ZFM) ou não tiverem “similar nacional”.

Ou seja, quem quiser instalar data center no Brasil terá redução de impostos, mas continuará enredado no cumprimento de regras de proteção da ZFM e de conteúdo local.

Assim, o Redata é apenas mais uma exceção pontual ao malsucedido modelo protecionista, que vigora há décadas, em que o Brasil tenta criar uma indústria própria de TIC, recorrendo a altas tarifas, exigências de conteúdo local e financiamentos subsidiados. Neste modelo, há uma teia de exceções regulatórias, permeável a lobbies, com alto custo de fiscalização e de cumprimento das regras, que deixa brechas à corrupção. José Augusto Fernandes e Renato Fonseca, em estudo para o CDPP, mostram que o resultado de décadas dessa política é “uma indústria manufatureira de TICs protegida da competição internacional e, consequentemente, com baixa competitividade”.

Exemplo típico é o programa

de incentivo à indústria de semicondutores (Padis), recentemente renovado, sem data para acabar, a despeito dos poucos resultados e alto custo.

Fernandes e Fonseca também mostram que bens e serviços de TIC são “essenciais para a transformação digital em todas as atividades econômicas”: agricultura de precisão, planejamento de rotas, serviços financeiros, bens de capital com tecnologia embarcada, automatização de processos...

Todos os setores da economia - desde o autônomo com um celular nas mãos aos grandes grupos econômicos, incluindo governos e consumidores - estão reféns de uma política protecionista, que nega acesso a tecnologia importada melhor e mais barata, seja por tarifas altas, seja por restrições regulatórias.

O que precisamos é de uma

redução horizontal - e não apenas para datacenters - de tributos e exigências regulatórias descaídas. A livre escolha das empresas na compra de máquinas e serviços de TIC acabaria encontrando as reais vantagens comparativas da nossa economia, aumentando a produtividade e o crescimento.

Nem sequer podemos garantir que temos vantagens comparativas para data centers. Afinal, não dispomos de clima frio (para facilitar o resfriamento das máquinas), licenciamento ambiental ágil, boa infraestrutura logística ou capital humano bem treinado. A nossa energia, embora abundante, é cara e sujeita a apagões.

Mas o governo, com apoio de interessados, acredita saber mais que o mercado e a sociedade, e escolheu os data centers. Vai custar caro e dar errado. De novo.

escala

App Banrisul

Moderno mesmo é facilitar a vida.

Baixa o app e abre tua conta.

Questão climática terá que ser tratada de forma global e regional

Integrantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) participarão da COP30 no próximo mês

/ MEIO AMBIENTE

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

O Brasil está a poucos dias de se tornar o palco principal no planeta quanto ao debate de meio ambiente e economia com a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) que acontecerá em Belém (PA), de 10 a 21 de novembro. Entre as entidades gaúchas que marcarão presença no evento está a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). A reitora da instituição, Marcia Barbosa, adianta que uma pauta que será tratada é a necessidade de, junto com os cuidados globais, implementar políticas locais para tratar da alteração do clima.

“Por exemplo, se for pensada a Amazônia, o que está começando a ter mais é seca, se for o Cerrado o que tem mais é queimada e o Sul é uma mistura de ciclones,

chuvas e secas”, comenta Marcia. A reitora da Ufrgs se reunirá durante a COP30 com pesquisadores da Rede Clima e representantes de universidades de diferentes locais. “A ideia é pensar em um programa coletivo para trabalhar a questão climática e ambiental do Brasil com as especificidades de cada região”, adianta a dirigente. A meta, ressalta ela, é que sejam pensados programas que depois serão disseminados pelas universidades e institutos de pesquisa.

Sobre a recente licença de operação para perfuração de poço exploratório de petróleo na bacia da Foz do Amazonas concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) à Petrobras, às vésperas da COP30, Marcia enfatiza que, pessoalmente, é contra a exploração de petróleo na região, mas reforça que não basta apenas não ir adiante com essa prática, é preciso desenhar um novo modelo econômico de desenvolvi-

mento. Uma dessas ações, sugere ela, é o maior uso de bioinsumos pelo setor agrícola e tornar a matriz energética mais limpa.

Já a professora do curso de Engenharia de Gestão de Energia da Ufrgs, Aline Pan, que também estará em Belém para a COP30, acrescenta que a procura por combustíveis fósseis vai na contramão do objetivo de aumentar a participação das fontes de energia renovável. No entanto, ela admite que o mundo, em curto prazo, não conseguirá viver sem o petróleo. “Mas, acho que a gente pode discutir isso de uma forma mais competente”, avalia a professora.

Ela alerta que não estão sendo consideradas todas as implicações ambientais que podem ocorrer com uma perfuração de poços de petróleo na região da Foz do Amazonas. Aline diz que entre as prioridades globais que serão reforçadas durante a COP30 estão a missão de triplicar a capacidade mundial das energias renováveis,

aprimorar as práticas de eficiência energética e promover uma transição justa e ordenada. “A minha expectativa é que essas metas dialoguem de verdade e tudo isso aconteça”, frisa.

A professora da Ufrgs há mais de 27 anos trabalha com energia solar fotovoltaica e, mais recentemente, com o tema da equidade

de gênero no setor elétrico, participando também da Rede Brasileira de Mulheres na Energia Solar (MESol). Conforme ela, o Brasil é um grande protagonista mundial no setor de energia renováveis e é o momento de ocupar uma posição de liderança nesse segmento, unindo ciência, políticas públicas e justiça social.



Crescimento da energia renovável é uma das tendências